



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

CNPJ/MF nº 80.227.184/0001-66

NIRE 41300051712

Companhia Aberta

ÍNDICE	Página
<p style="text-align: center;">PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p><u>Assembleia Geral Ordinária</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;2. Proposta de Remuneração dos Administradores;3. Destinação do resultado líquido do exercício;4. Encerramento do prazo de funcionamento do Conselho Fiscal.	02-03
<p>Anexo I Comentários dos Diretores (conforme item 10 do Anexo Resolução CVM 81/2022.)</p>	04-14
<p>Anexo II Informações sobre a remuneração dos Administradores (conforme Item 13 do Anexo C da Resolução CVM 80/2022)</p>	15-18

O Conselho de Administração da Metalgráfica Iguaçu S.A. torna público aos seus acionistas as seguintes propostas, que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 01 de Junho de 2022, às 11:00 horas, exclusivamente de modo digital, via plataforma Zoom:

1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1.1 Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A administração da Companhia propõe que os senhores acionistas apreciem e aprovelem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de maio de 2022, assim como aprovelem as contas dos administradores e tomem conhecimento do relatório de opinião dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Atendendo exigência da Resolução CVM 81/2022, Artigo 10, estamos disponibilizando no Anexo I deste documento, o Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

1.2 Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal.

Propor, para o exercício de 2022 o montante global de até R\$4.815.000,00 (quatro milhões e oitocentos e quinze mil reais) para a remuneração dos administradores e Conselho Fiscal da Companhia, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral. Deste montante será destinado à remuneração do Conselho de Administração o valor de até R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para a Diretoria Executiva o valor de até R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e para o Conselho Fiscal o valor de até R\$265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais).

Para o exercício de 2021, foi aprovado pela Assembleia Geral o valor de até R\$4.775.000,00 (quatro milhões e setecentos e setenta e cinco mil reais), sendo que o valor efetivamente realizado foi de R\$1.096.899,76 (um milhão, noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), em função da disponibilidade de recursos.

Em atendimento ao disposto no Artigo 13, Inciso II da Resolução CVM 81/2022, disponibilizamos aos Acionistas no anexo II deste documento, as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência.

1.3 Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício

A Companhia apurou Prejuízo líquido no exercício no montante de R\$ 9.015.249,51, que deverá ser registrado à conta de Prejuízos Acumulados, sem distribuição de dividendos neste exercício.

Restam prejudicadas as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM 81/2022, visto a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2021.

1.4 Conselho Fiscal funcionamento não permanente.

O prazo de funcionamento do Conselho fiscal se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 01 de Junho de 2022.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente. Conforme disposto artigo 161 da Lei 6.404/76, a sua instalação poderá ser solicitada pelos acionistas que detenham, no mínimo, 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto. Caso haja pedido para instalação do Conselho Fiscal, serão propostos 2 (dois) membros efetivos do Conselho Fiscal, e seus suplentes, indicados pela Acionista Controladora 1 (um) membro efetivo do Conselho Fiscal, e seu suplentes a serem indicados pelos acionistas não controladores.

Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária por si, seus representantes legais ou procuradores, bem como poderão exercer seus direitos de voto à Distância, preenchendo o Boletim de Voto à Distância, enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, para tanto, constam do Boletim de Voto à Distância, que se encontra à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.metalliguacu.com.br>), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Os demais documentos e formulários exigidos no Artigo 10 da Resolução CVM 81/2022 estão disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.metalliguacu.com.br).

Ponta Grossa, 02 de maio de 2022.

Atenciosamente
Lilian de Payrebrune St. Sève Marins
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Nos termos do disposto no Artigo 10, Inciso III, da Resolução CVM 81/2022, apresentamos abaixo os comentários dos nossos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**10.1 – Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:****2021**

As vendas da Companhia foram fortemente impactadas neste exercício, não só pelos efeitos econômicos causados pela pandemia, bem como por fatores mercadológicos.

As embalagens metálicas para produtos derivados de tomate, foram substituídas integralmente pela embalagem plástica. Este produto chegou a responder por aproximadamente 46% das vendas da Companhia em anos anteriores. A Companhia fabricava com exclusividade, sob licença, a lata de abertura fácil e desativou por completo esta linha de produtos, tendo inclusive rescindido o contrato de arrendamento de equipamentos para sua produção.

Com relação ao fornecimento de matérias-primas, o abastecimento caracterizou-se por forte escassez de folha de flandres de origem nacional, principal insumo utilizado. A alternativa de importação deste insumo não se mostrou viável, também pela escassez no mercado internacional e ao natural tempo necessário à produção pelas usinas siderúrgicas estrangeiras. Os aumentos ocorridos no preço da folha de flandres no ano foram de 12% (01/2/2021), 11,25% (01/4/2021), 15,75% (01/6/2021) e 15% (01/8/2021), totalizando 65,86% no ano. A consequência de ambos estes fatores levou ao abastecimento irregular e perda de volume de latas vendidas. A Companhia buscou reajustar seus preços de venda com vistas à recuperação de suas margens operacionais.

Em 24/11/2021, a Companhia publicou Fato Relevante, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi celebrado entre os acionistas controladores da Metalgráfica Iguaçu S.A. (“Metalgráfica”) e a Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), com interveniência e anuência da Metalgráfica, Contrato de Investimento e Outras Avenças (“Contrato de Investimento”) por meio do qual as partes acordaram em promover a combinação das operações de ambas as sociedades mediante a incorporação da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica pela CSN (“Operação”).

A Operação a ser submetida à aprovação dos acionistas da CSN e da Metalgráfica resultará: (a) na incorporação, pela CSN, da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica, tornando-a sua subsidiária integral; e (b) em contrapartida à incorporação de ações, no recebimento pelos acionistas da Metalgráfica de ações da CSN em substituição às ações da Metalgráfica de acordo com a relação de troca a ser aprovada em assembleia geral extraordinária das companhias.

Em 19/01/2022 ambas as companhias protocolaram junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE o pedido de aprovação da operação. Em 26/04/2022 foi publicado no Diário Oficial da União o parecer aprovando a operação sem restrições.

Com a efetivação da operação, acredita-se que a combinação de negócios proporcionará as condições operacionais adequadas e necessárias para a consecução do objeto social da Companhia.

2020

O mercado de vegetais e legumes experimentou crescimento acentuado, possivelmente em função da alteração dos hábitos alimentares das famílias durante o período de pandemia da Covid-19. Ainda conforme notícias veiculadas na imprensa, é possível que tais produtos tenham sido objeto de incremento nas exportações de alimentos processados. O mercado de atômados foi fortemente afetado por nova embalagem plástica adotada pelo maior cliente da Companhia, aliado a aparente queda de consumo deste tipo de alimento. Apesar do maior volume físico, a receita líquida reflete a venda de produtos de menor preço de venda relativo.

Com relação ao fornecimento de matérias-primas, o abastecimento caracterizou-se por forte escassez de folha de flandres, principal insumo utilizado, motivado principalmente pela parada para manutenção de alto-forno da Companhia Siderúrgica Nacional. A alternativa de importação deste insumo não se mostrou viável, também pela escassez no mercado internacional e ao natural tempo necessário à produção pelas usinas siderúrgicas estrangeiras. Os aumentos ocorridos no preço da folha de flandres no ano foram de 7,25% (01/04/2020), 10% (01/09/2020), 7,5% (01/10/2020) e 7,5% (01/12/2020), totalizando 36,33% no ano. A Companhia buscou reajustar seus preços de venda com vistas à recuperação de suas margens operacionais, em processo que avança pelo exercício de 2021.

A Companhia logrou contratar diversos financiamentos novos, principalmente via PEAC-FGI, com garantia de aval do BNDES para 80% do financiamento, e condições de carência, prazo de financiamento e juros bem favoráveis.

Dentro do plano de reestruturação de sua linha de produtos e serviços, a Companhia informa que a prestação de serviços de litografia e estampagem iniciada em 2020, encontra-se plenamente operacional, o que cria perspectivas de melhora dos resultados.

COVID

Todos os protocolos de prevenção ao contágio por coronavírus foram implementados, vindo a se somarem às já rígidas normas exigidas pelos órgãos governamentais para a fabricação de embalagens para alimentos e procedimentos demandados por muitos de nossos clientes. Em visita recente da Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal às nossas instalações, foi atestada a conformidade com estes padrões.

PIS/COFINS

Como já comentamos em relatórios anteriores, a Companhia discutia judicialmente o ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Esta questão já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal em favor do contribuinte. A Companhia possui créditos de R\$35.499.886,56, calculados até 31/12/2020 e ainda não reconhecidos em conta de resultados.

Em 22/02/2020 houve trânsito em julgado desta ação no Superior Tribunal de Justiça. A Administração e o corpo jurídico da Companhia trabalham na homologação desta sentença.

EXPECTATIVA DE RESULTADOS

Em reunião de 09/11/2020, o Conselho Fiscal analisou a expectativa de resultados para os próximos dez anos e recomendou ao Conselho de Administração sua aprovação, que ocorreu em reunião de 10/11/2020. Esta expectativa contempla o crescimento das vendas da Companhia, a geração de resultados operacionais, a realização dos créditos advindos da ação mencionada no parágrafo anterior, bem como a realização dos

créditos de ICMS constantes do Ativo Circulante e não Circulante, a amortização da dívida, e redução dos custos financeiros, em função da maior geração de caixa.

Variação do Principais Indicadores – Comparativo do acumulado até o 4º trimestre

Receita Líquida	-10,40%
Vendas Físicas	+ 1,78%
Prazo Médio de Vendas	+ 6,88 dias
Preço Médio de Vendas	-17,36%
Número de funcionários	- 2,00%
Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida	+ 2,00%
Custo de Produtos Vendidos/Receita Líquida	+ 5,18%

2019

As vendas de latas para produtos atomatados experimentaram uma redução de 20% sobre o ano anterior e de 18% sobre a média anual dos últimos cinco anos. Os demais mercados tiveram crescimento de aproximadamente 6%. Especificamente, o setor de frutas em calda expandiu-se pelo segundo ano consecutivo, alcançando um crescimento de 32%. O mercado de vegetais mostrou-se estável.

A elevação dos preços médios de venda não foram suficientes para absorver os aumentos de custos de matérias primas, principalmente de aço (folha de flandres) cujos preços foram majorados em 7,8% no mês de julho, tendo reduzido-se a margem operacional bruta 5%.

Analisando o desempenho operacional, a folha de pagamento média cresceu abaixo do percentual de reajuste salarial negociado em dissídio coletivo da categoria e o custo fixo médio mensal mostrou-se estável, apesar da inflação anual medida pelo INPC ter totalizado 4,48%.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Varição dos Principais Indicadores:	2019/2018
Receita Líquida	-8,15%
Vendas Físicas	-11,18%
Número de Funcionários	-1,18%
Produtividade	-10,18%
Despesas com Vendas/Receita Líquida	+1,11%
Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida	+0,64%
Custo de Produtos Vendidos/ Receita Líquida	+4,87%
Preço Médio de Vendas	+4,68%
Prazo Médio de Vendas	+2,32 dias

A seguir, apresentamos os Indicadores financeiros dos três últimos exercícios:

	2021	2020 reapresentado	2019
Liquidez Corrente	0,48	0,66	0,60
Liquidez Geral	0,50	0,49	1,17

b) Estrutura de Capital:

Estrutura de Capital	2021	2020 reapresentado	2019
Capital de Terceiros:	157%	153%	69,99%
Capital Próprio:	- 57%	- 53%	30,01%

Na estrutura de capital demonstrada, Capital Próprio é o Patrimônio Líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações contábeis.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em Fato Relevante publicado pela Companhia em 24/11/2021 foi divulgado a assinatura do “Contrato de Investimentos e Outras Avenças” tendo como investidora a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Este contrato estabelece a aquisição pela CSN da integralidade das ações emitidas pela Companhia passando à condição de subsidiária integral da CSN.

Em 19/01/2022 foi protocolado junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE o pedido de aprovação da operação, elaborado pela CSN e a Companhia .

Em 26/04/2022 foi publicado no Diário Oficial da União o parecer aprovando a operação sem restrições.

A Administração trabalha com vistas à conclusão desta operação e entende que a continuidade operacional da Companhia gerará capacidade para pagamento dos compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia contratou financiamentos para capital de giro, junto a instituições financeiras, que estão atendendo suas necessidades, a seguir demonstrados:

Vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$	R\$
Com Repasse de Recursos Internos			
2019	-	-	-
2020	-	-	48.802.833,76
2020	25.930.986,06	33.302.954,01	8.561.945,54
2022	21.532.110,16	3.802.183,61	4.030.871,36
2023	12.320.495,52	15.776.913,86	430.614,53
2024	22.636.306,57	23.793.394,85	-
2025	3.927.943,97	-	-
	86.347.842,28	76.675.446,33	61.826.265,19
Consolidado:			
Circulante:	63.132.710,86	44.994.489,19	48.802.833,76
Não Circulante:	23.215.131,42	31.680.957,14	13.023.431,43
	86.347.842,28	76.675.446,33	61.826.265,19

Para capital de giro, os financiamentos estão reconhecidos com saldos em reais, com percentuais de juros 0,88% a 2,30% a.m., conforme operação. Um contrato com taxa de 160% do CDI e outro com 111% do CDI, um com taxa de 1% a.m. mais CDI e um com taxa de 0,98% a.m. mais CDI. Na modalidade de desconto de títulos, variam de 0,41% a 3,50% a.m..

Referidos empréstimos estão garantidos por avais, recebíveis e equipamentos, além de imóveis e recebíveis do controlador.

Foram efetivadas renegociações de taxas e prazos nos contratos de empréstimos, dentro das opções ofertadas pelas instituições financeiras em momento de pandemia.

Os financiamentos vencidos são objeto de renegociação em andamento com as instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração acredita não haver necessidade de novos investimentos em Ativo Fixo pois entende que o parque fabril está adequado ao crescimento de vendas projetado. Para cobrir eventuais deficiências de liquidez e visando otimizar sua estrutura de capital, a Companhia usualmente recorre às Instituições Financeiras.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. Contratos de Empréstimo e financiamento relevantes

ver item "10.1.d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já elencadas no item "10.1.d"

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Todos os empréstimos contratados estão garantidos por avais, recebíveis, imóveis ou equipamentos, próprios ou do acionista controlador.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas ao emissor.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Nas linhas de crédito até aqui contratadas, os limites foram integralmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Contas da Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Vendas Mercado Interno	67.539	202.072	180.268
Receita Operacional Bruta	67.539	202.072	180.268
Devoluções e Impostos	(18.794)	(84.323)	(48.848)
Receita Operacional Líquida	48.745	117.749	131.420
Custo dos Produtos Vendidos	(48.356)	(105.165)	(110.558)
Subvenções Governamentais	0	11.479	15.123
Lucro Operacional Bruto	389	24.063	35.985

Contas do Ativo e Passivo (em milhares de reais)

	2021	2020 reapresentado	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	213	612	480
Duplicatas a Receber (Circulante/Não Circulante)	8.921	25.512	22.722
Estoques	6.617	7.237	5.457
Imobilizado	16.428	17.205	20.720
Instituições Financeiras (Circulante/Não Circulante)	86.348	76.675	61.826
Créditos Tributários Diferidos (Não Circulante)	0	0	49.143

As variações ocorridas nos períodos comportaram-se dentro do contexto da realidade econômica/financeira da Companhia e do mercado em que se insere.

10.2 Os diretores devem comentar:**a) Resultados das operações do emissor, em especial:****i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de embalagens metálicas para o mercado alimentício, abrangendo o mercado de conservas (milho e ervilha), atomatados (molhos, extratos e purês), frutas em calda (pêssego, abacaxi e figo), café solúvel, rações animais (para cães e gatos), cárneos (salsicha, patês, corned beef, feijoada), lácteos (leite condensado, creme de leite, leite em pó, achocolatados, aveia e suplementos) e pescados (sardinha, atum, salmão). A Companhia, dentro do plano reestruturação de sua linha de produtos e serviços, iniciou em 2020 a prestação de serviços de litografia e estampagem.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2021 as vendas da Companhia foram fortemente impactadas, não só pelos efeitos econômicos causados pela pandemia, bem como por fatores mercadológicos, o que provocou redução na Margem Operacional Bruta de 9,89%.

A substituição das embalagens metálicas para produtos derivados de tomate por embalagens plásticas, sendo que este produto chegou a responder por aproximadamente 46% das vendas da Companhia em períodos anteriores. A Companhia fabricava com exclusividade, sob licença, a lata de abertura fácil e desativou por completo esta linha de produtos, tendo inclusive rescindido o contrato de arrendamento de equipamentos para sua produção. Com relação ao fornecimento de matérias-primas, o abastecimento caracterizou-se por forte escassez de folha de flandres de origem nacional, principal insumo utilizado. A alternativa de importação deste insumo não se mostrou viável, também pela escassez no mercado internacional e ao natural tempo necessário à produção pelas usinas siderúrgicas estrangeiras. Os aumentos ocorridos no preço da folha de flandres no ano foram de 12% (01/2/2021), 11,25% (01/4/2021), 15,75% (01/6/2021) e 15% (01/8/2021), totalizando 65,86% no ano. A consequência de ambos estes fatores levou ao abastecimento irregular e perda de volume de latas vendidas. A Companhia buscou reajustar seus preços de venda com vistas à recuperação de suas margens operacionais.

Em 2020 houve uma redução na Margem Operacional Bruta de 5,19% devido aos aumentos ocorridos nos preços da principal matéria-prima, totalizando um aumento no ano de 36,33% sendo que o processo de repasse desses aumentos nos preços de venda da Companhia, buscando recuperar as margens operacionais, avança pelo exercício de 2021.

Em 2019 houve uma redução na Margem Operacional Bruta de 5% tendo em vista que o reajuste de preços médios de venda não foi suficiente para absorver o aumento dos custos de matérias primas, principalmente de aço (folha de flandres) cujos preços tiveram um aumento de 7,8% no mês de julho.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A queda de 58,35% das receitas brutas da companhia foram motivadas pela redução das vendas de embalagens destinadas ao mercado de atomatados principalmente, tendo em vista a substituição por embalagens plásticas. A Companhia tinha

exclusividade na fabricação da lata de abertura fácil e a linha de produção destes produtos foi completamente desativada.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Houve um aumento dos preços de sua principal matéria-prima, folha de flandres, durante o ano de 2021 de 12% (01/2/2021), 11,25% (01/4/2021), 15,75% (01/6/2021) e 15% (01/8/2021), totalizando 65,86% no ano. Este item representa aproximadamente 50% dos custos totais.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação do segmento operacional:

não ocorreram eventos relevantes

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em 24/11/2021, a Companhia publicou Fato Relevante, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi celebrado entre os acionistas controladores da Metalgráfica Iguaçu S.A. (“Metalgráfica”) e a Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), com interveniência e anuência da Metalgráfica, Contrato de Investimento e Outras Avenças (“Contrato de Investimento”) por meio do qual as partes acordaram em promover a combinação das operações de ambas as sociedades mediante a incorporação da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica pela CSN (“Operação”).

A Operação a ser submetida à aprovação dos acionistas da CSN e da Metalgráfica resultará: (a) na incorporação, pela CSN, da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica, tornando-a sua subsidiária integral; e (b) em contrapartida à incorporação de ações, no recebimento pelos acionistas da Metalgráfica de ações da CSN em substituição às ações da Metalgráfica de acordo com a relação de troca a ser aprovada em assembleia geral extraordinária das companhias.

Em 19/01/2022 ambas as companhias protocolaram junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE o pedido de aprovação da operação. Em 26/04/2022 foi publicado no Diário Oficial da União o parecer aprovando a operação sem restrições.

A Diretoria acredita que a combinação de negócios, propiciará as condições adequadas para uma operação saudável.

c) Eventos ou operações não usuais:

não ocorreram eventos relevantes

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houveram mudanças nas práticas contábeis

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram alterações nas práticas contábeis

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

2021

Ênfases:

. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 e 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em

31 de dezembro de 2021 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 65.499.266 (R\$ 23.458.697 em 31 de dezembro de 2020), bem como, apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 49.759.887 (R\$ 40.744.637 em 31 de dezembro de 2020). A administração, em novembro de 2021, firmou contrato de investimentos e outras avenças tendo como investidora a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Este contrato estabelece a aquisição da integralidade das ações emitidas pela Companhia, passando à condição de subsidiária integral da CSN. A capacidade de continuidade operacional da Companhia depende da finalização dos trâmites burocráticos dessa negociação, já tendo sido aprovado sem restrição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como, após isso, da disposição da nova Administração e Acionistas na continuidade dos seus negócios, considerando a operação de investimento mencionada. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

. Refazimento e reapresentação de demonstrações financeiras comparativas da data base de 31 de dezembro de 2020

Conforme nota explicativa 32, em decorrência de terem sido reconhecidos indevidamente Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal e, em atendimento a determinação da CVM por intermédio dos Ofícios CVM/SEP/GEA-5/Nº 25/2021 e 108/2020, os valores correspondentes relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 (montante total de R\$ 49.143.538) foram ajustados retrospectivamente, inclusive para fins de comparabilidade, e as Demonstrações Financeiras comparativas findas em 31 de dezembro de 2020 foram ajustados (montante de R\$ 14.194.192) e estão sendo reapresentadas como previsto CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

. Transações com partes relacionadas

Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém transações com partes relacionadas (ativo) no montante de R\$ 5.688.319, que não são precificadas e realizadas nas mesmas condições de mercado.

No exercício de 2021, foram alienados equipamentos para a Controladora Merisa S.A. Engenharia e Planejamento no valor de R\$ 4.992.319, os quais, concomitantemente, foram objeto de realização de contrato de arrendamento entre as partes.

2020

Ressalva:

A Companhia mantém registro de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal no total de R\$63.337.731 (R\$49.143.539 em 2019). Conforme NBC TG 32 – Tributos sobre o lucro, esses ativos fiscais diferidos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros (existam evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados), cenário em que as projeções realizadas pela Companhia em anos anteriores não se confirmaram, gerando mais prejuízos fiscais e bases negativas. Além disso, a existência de prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados é uma forte evidência de que futuros lucros tributáveis podem não estar disponíveis. Assim, a Companhia não atendeu cumulativamente as condições estabelecidas na referida norma, conseqüentemente, o ativo fiscal diferido está apresentado a maior no total acima referido, bem como o patrimônio líquido. Parte desse valor, no montante de R\$13.992.664 a Companhia reconheceu em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referente a base negativa e prejuízo fiscal gerado no exercício de 2020. A Companhia não realizou o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos anteriormente registrados e, ainda assim, reconheceu em suas demonstrações financeiras novos valores. Desta forma, a Companhia não está adequada às condições dispostas na NBC TG supra citada, conseqüentemente o resultado está apresentado a maior.

Ênfase:

Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém transações com partes relacionadas (ativo) no montante de R\$10.931.584, que não são precificadas e realizadas nas mesmas condições de mercado. No exercício de 2020, foram alienados equipamentos para a Controladora Merisa S.A. Engenharia e Planejamento no valor de R\$4.342.319, os quais, concomitantemente, foram objeto de realização de contrato de arrendamento entre as partes.

2019

Ressalva:

A Companhia mantém registro de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal no total de R\$49.143.539 (R\$ 18.749.920 em 2018). Conforme Instrução CVM Nº 371/2002 e a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, para fins de reconhecimento dos ativos a Companhia deve atender cumulativamente as condições de apresentação de histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não atendeu cumulativamente as condições estabelecidas nas referidas normas, conseqüentemente, o ativo fiscal diferido está apresentado a maior no total acima referido, bem como o patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia reconheceu em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$30.710.199 referente a base negativa e prejuízo fiscal gerado no exercício de 2019 pelo resultado da operação e reprocessamento dos valores de incentivos fiscais que estavam sendo tributados. A Companhia não realizou o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos anteriormente registrados, porém reconheceu em suas demonstrações financeiras novos valores. Desta forma, a Companhia não se adequou as condições dispostas na Instrução e NBC TG supra citada, conseqüentemente o resultado está apresentado a maior.

Ênfase

Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém transações com partes relacionadas (ativo) no montante de R\$ 7.691.281, que não são precificados nas mesmas condições de mercado.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia, em atendimento a determinação imposta pela CVM, por intermédio dos Ofícios CVM/SEP/GEA-5/25/2021 e 108/2021, reapresentou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 (comparativo) com ajustes retrospectivos, para demonstrar a reversão dos valores registrados no Ativo Não Circulante a título de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre o Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa, respectivamente.

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i) **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii) **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii) **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv) **Contratos de construção não terminada**
 - v) **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

- b) **Natureza e o propósito da operação**

- c) **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) **Investimentos, incluindo:**
 - i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
Não há investimentos em andamento nem previstos.
 - ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**
Não há fontes de financiamento de investimentos.
 - iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

- b) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
Não houve aquisições

- c) **Novos produtos e serviços, indicando:**
Não houve desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - i. **Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
 - ii. **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
 - iii. **Projetos em desenvolvimento já divulgados**
 - iv. **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não foram identificados outros fatos relevantes.

ANEXO II
Item 13 do Formulário de Referência
13 Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do conselho de administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado.

A Companhia não possui um documento formalmente aprovado sobre a política de remuneração dos administradores.

- b) **Composição da remuneração, indicando:**

- i. **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Pró-labore/Salário: correspondem à remuneração mensal e têm por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo.

Pró-labore – remuneração mensal dos diretores estatutários, sem vínculo empregatício.

Salário – remuneração mensal dos diretores vinculados ao regime celetista.

A existência desses dois formatos de remuneração se deve ao fato de que alguns membros da diretoria estão vinculados à Companhia mediante contrato de trabalho regido pela CLT.

- ii. **Em relação os 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Órgão	Pró-Labore			Salário		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Diretoria	17,16%	54,09%	52,88%	82,83%	45,91%	47,11%
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-

- iii. **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

A remuneração da diretoria e do conselho de administração é reajustada mediante aplicação de percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional.

A remuneração do Conselho Fiscal corresponde a 10% da remuneração média paga aos diretores da Companhia, acrescidos de eventuais reembolsos de despesas de locomoção e hospedagem, necessárias ao desempenho da função, conforme determina o Artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

- iv. **Razões que justificam a composição da remuneração.**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades de cada cargo e práticas de mercado

- v. **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros sem remuneração

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Cabe ao Conselho de Administração o rateio da remuneração e quaisquer outras verbas destinadas pela Assembleia Geral aos órgãos da administração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Não aplicável.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório, identificando de que forma participam

Não existem órgãos ou comitês do emissor que participem do processo decisório.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Utiliza-se eventualmente as informações publicadas em revistas especializadas e jornais

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Não há frequência definida.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL PróLabore	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	BENEFÍCIOS/ OUTROS
2022	Diretoria	02	3.800.000,00	-	-
	Conselho de Administração	03	750.000,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	265.000,00	-	-
2021	Diretoria	02	1.018.213,83	-	-
	Conselho de Administração	03	57.138,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	21.549,00	-	-
2020	Diretoria	02	1.389.228,00	-	-
	Conselho de Administração	03	450.948,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	186.149,10	-	-
2019	Diretoria	02	1.792.284,00	-	-
	Conselho de Administração	03	664.488,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	224.341,20	-	-

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

NÃO SE APLICA.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

NÃO SE APLICA.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	Ações Detidas					
	Diretamente			Indiretamente		
	ON	PN	Totais	ON	PN	Totais
Diretoria Estatutária	2.374	1.799	4.173	24.004	31.111	55.115
Conselho de Administração	4.749	3.648	8.397	47.994	62.203	110.197
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

NÃO SE APLICA.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de remuneração individual
2021	Diretoria Estatutária	02	87.372,00	87.372,00	87.372,00
	Conselho de Administração	03	19.046,00	19.046,00	19.046,00
	Conselho Fiscal	03	7.183,00	7.183,00	7.183,00
2020	Diretoria Estatutária	02	694.614,00	694.614,00	694.614,00
	Conselho de Administração	03	150.316,00	150.316,00	150.316,00
	Conselho Fiscal	03	62.049,70	62.049,70	62.049,70
2019	Diretoria Estatutária	02	896.142,00	896.142,00	896.142,00
	Conselho de Administração	03	221.496,00	221.496,00	221.496,00
	Conselho Fiscal	03	74.780,40	74.780,40	74.780,40

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

NÃO APLICÁVEL.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há valores reconhecidos a serem relacionados

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos a serem relacionados.

13.16 Fornecer outras informações que emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes.